

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE SUBCOMISSÃO ESPECIAL Nº , DE 2023 (Da Sra. Professora Goreth)

Requer a criação, no âmbito da Comissão de Educação (CE), de uma Subcomissão Permanente de Recomposição das Aprendizagens, para avaliar, acompanhar as iniciativas do Poder Público quanto a Recomposição das Aprendizagens no Pós-Pandemia nas redes públicas de ensino e propor soluções.

Senhor Presidente,

Com fundamento no Art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, a criação, no âmbito desta Comissão de Educação, de SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS, destinada a avaliar, acompanhar as ações do Poder Público quanto a Recomposição das Aprendizagens dos estudantes da rede pública no pós-pandemia e propor soluções.

#### JUSTIFICAÇÃO

A pandemia aumentou ainda mais as desigualdades entre ricos e pobres no país, especialmente na Educação. Os efeitos do fechamento das escolas impactaram profundamente os estudantes das redes públicas de ensino, sobretudo os que estão em situação de maior vulnerabilidade.

Desde o início da pandemia, os governos federal, estadual e municipal empreenderam diversas ações para minimizar suas consequências, direcionando esforços prioritariamente em duas áreas: Saúde e Economia. Com isso, foi garantido um esforço conjunto e fortemente articulado de todos os poderes e agentes sociais para lidar com o impacto da crise sanitária.

Na área da saúde foi garantido o aumento de leitos hospitalares, a aquisição de insumos médicos, a ampliação da testagem e a campanha de vacinação em massa. Ao mesmo tempo, na economia também foi garantida medidas de apoio adotadas pelo governo para minimizar os impactos econômicos, como o auxílio emergencial, a liberação de crédito para empresas e a redução de impostos, entre outros.

No entanto, a área da educação, que também foi frontalmente atingida pela pandemia, acabou ficando em segundo plano, tendo poucas iniciativas por parte do Poder Público, que se limitou a editar apenas um decreto (nº 11.079/2022) e pouco fez em termos de articulação sistêmica a nível nacional.

A educação do Brasil foi a mais prejudicada do mundo, pois figuramos como um dos países que manteve as escolas fechadas por mais tempo. Só em 2020 foram, em média, 287 dias



de suspensão<sup>1</sup> de aulas presenciais entre março e dezembro. As perdas de aprendizagem foram gravíssimas. Segundo levantamento, 61% dos jovens consideram que a pandemia gerou perdas irreparáveis de aprendizado<sup>2</sup>.

Segundo um consolidado de informações realizado pela Fundação Leman, a partir de uma meta-análise de 35 estudos desenvolvidos com metodologias robustas em 20 países, destaca-se que houveram perdas de um terço à metade do aprendizado durante um ano letivo, sendo que os países em desenvolvimento, como o Brasil, são os mais prejudicados.

Em pesquisa brasileira, uma avaliação das perdas de aprendizagem de alunos do 6º EF ao 3º EM do Estado de São Paulo estimou que os alunos aprenderam, em média, 27,5% do que teriam aprendido no formato presencial - uma perda de 8-9 meses de aprendizado<sup>3</sup>. Além disso, constatamos um aumento de casos de depressão e ansiedade entre os estudantes, o retorno das aulas presenciais também revelou outra grande preocupação: a defasagem escolar, a exposição à violência e insegurança alimentar.

Para a maioria das crianças e adolescentes, foram dois anos em que o ensino foi apenas remoto. Apesar dos inúmeros esforços dos professores, muitos sentiram dificuldade em acompanhar o processo de ensino neste período. E há ainda as crianças que não tinham acesso à tecnologia, antes mesmo da chegada do Coronavírus. Infelizmente, esse grupo que é composto por um número maior de crianças pobres e pretas, teve o direito a Educação Básica cerceada.

Os resultados do SAEB 2021, ratificam a urgência na implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens quando aponta uma queda na Proficiência Média em todas as etapas da Educação Básica, com destaque ao aumento assustador das crianças do 2º ano do ensino fundamental não alfabetizadas, pois se comparamos a educação de 2019 e 2021, passa de 15,5 % para 33,8% (mais que o dobro) o percentual de estudante que no final do 2º ano sequer leem palavras isoladas, encontram-se no Nível 1 e Abaixo de 1 na Escala de Proficiência.

Para lidar com esse cenário no curto, médio e longo prazo, será preciso articular ações entre poder público, setor privado e sociedade civil com foco em inclusão, equidade e principalmente, recomposição das aprendizagens, em um movimento que deve ser coordenado nacionalmente pelo Ministério da Educação. No Brasil pouco se avançou em termos de recomposição da aprendizagem no pós-pandemia, tendo algumas iniciativas isoladas realizadas por redes municipais e estaduais.

Portanto, faz-se necessário o acompanhamento das ações do Poder Público por parte desta Casa de Leis, no seu mister de zelar pelo direito à Educação para todos, conforme preceitua a Constituição Federal.

Sala da Comissão, de Abril de 2023.

**PROFESSORA GORETH**  
**Deputada Federal – PDT/A**

---

<sup>1</sup> INEP (2021)

<sup>2</sup> Datafolha (2022)

<sup>3</sup> D3E (2022)

